



A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO IDEB: UM ESTUDO SOBRE A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JATAÍ – GOIÁS

Fernando da Rocha Silva¹
Renata Machado de Assis²

¹Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí/silva.fernandorochoa@gmail.com

²Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí/renatafef@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como escopo apresentar um projeto de pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado. O objetivo geral é analisar como acontece o processo de integração e participação de alunos com necessidades educativas especiais, inseridos na rede municipal de ensino de Jataí, nas avaliações que compõem o Ideb. Pretende-se conhecer como acontece a inclusão destes alunos no sistema de ensino básico, além de detectar possíveis problemáticas envolvendo as políticas para a educação inclusiva nas escolas da rede municipal. Os instrumentos de coleta de dados utilizados serão a entrevista com os gestores e o questionário para professores de sala de aula e de apoio, lotados nas escolas que têm alunos com necessidades educativas especiais matriculados. Os resultados permitirão identificar problemas e alternativas utilizadas pelas escolas para incluir (ou não) os alunos com deficiência nas avaliações em larga escala.

Palavras-chave: Escola. Educação Inclusiva. Ideb.

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como acontece o processo de integração e participação de alunos com necessidades educativas especiais, inseridos na rede municipal de ensino de Jataí-GO, nas avaliações que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Neste sentido, esta pesquisa busca investigar como se dá a participação colaborativa dos alunos com necessidades educativas especiais na avaliação realizada em larga escala e, conseqüentemente, na obtenção do Ideb pelas escolas públicas municipais.

Foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender as políticas de avaliação da educação básica do sistema de ensino no Brasil nas últimas décadas; identificar o quantitativo de alunos especiais matriculados na rede municipal de ensino de Jataí; entender como acontece a preparação dos alunos com necessidades especiais nas escolas visando as avaliações para obtenção do Ideb.

Está sendo desenvolvida pesquisa bibliográfica e exploratória, pois a investigação exploratória permite investigar o problema por meio da análise de diversas posições,

contribuindo para o aprimoramento das concepções sobre o tema (NASCIMENTO, 2015), enquanto a abordagem bibliográfica consiste na revisão sistemática de fontes bibliográficas desenvolvidas com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002) e poderá subsidiar todo o processo.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como acontece o envolvimento e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais nas avaliações que compõem o Ideb na rede municipal de ensino em Jataí, de forma específica na educação inclusiva.

Metodologia

O município de Jataí está localizado no sudoeste do Estado de Goiás, a 320 km da capital, Goiânia. É uma cidade com um grande número de escolas públicas para atender uma população de crianças e jovens em idade escolar. Jataí conta com uma população geral de aproximadamente 98.128 habitantes segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). E observando o grande número de escolas públicas municipais espalhadas nesta cidade, elas serão escolhidas como ambiente da pesquisa.

O objeto de estudo se refere à participação (ou não) de alunos com necessidades educativas especiais, matriculados na rede municipal de ensino da cidade de Jataí, na obtenção do Ideb. O cerne deste estudo será observar os alunos incluídos e sua participação nas avaliações do Ideb. Pretende-se verificar se estes alunos exercem ou não seu papel de colaboradores na obtenção do Ideb nas escolas nas quais estão matriculados.

O referencial teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento desta pesquisa é a fenomenologia. Conforme aponta Guedes (2017), a fenomenologia pode ser entendida como aquilo que se mostra pelos sentidos. Ou seja, na fenomenologia se estuda a essência das coisas e como são percebidas no mundo.

Dessa forma, para alcançar os seus objetivos, esta pesquisa se ancora nos pressupostos da pesquisa qualitativa. De acordo com Chizzotti (2006, p. 221),

o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objeto de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente com perspicácia e competências científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

A pesquisa qualitativa insere em seu contexto uma troca intensa de ideias e informações inseridas em quaisquer campos de pesquisa, tais informações configuram em conceitos próprios de sujeitos participativos que colaboram com a coleta de dados por meio de falas e observação. A partir de então o pesquisador transforma toda a informação que é pertinente em dados positivos ou negativos que de uma forma ou outra chegam a um objetivo inerente à pesquisa.

Nesse sentido, por meio da pesquisa qualitativa busca-se chegar à conclusão da real participação (ou não) dos alunos com necessidades educativas especiais nas provas que compõem o Ideb das escolas públicas de Jataí. A pesquisa de campo será realizada por meio de visitas às várias escolas para efetivar o processo de investigação. Por meio da pesquisa de campo será favorável ao pesquisador conhecer e interagir com o objeto de pesquisa.

Para isso será necessário estabelecer contato direto com as várias escolas públicas municipais nesta cidade, para identificar quais oferecem a educação inclusiva e ao mesmo tempo conhecer os sujeitos responsáveis pela gestão de cada escola apontada para a pesquisa em foco. Serão realizadas entrevistas com os gestores educacionais e aplicados questionários aos docentes de sala de aula e de apoio.

Para atender o objetivo desta pesquisa serão selecionadas as escolas públicas municipais urbanas que têm alunos com necessidades educativas especiais, e que estejam matriculados e frequentando as aulas.

Com o propósito de atender os pressupostos da pesquisa bibliográfica, será de fundamental importância estabelecer contato com a produção de Souza et al (2005), Dourado (2005) e Oliveira et al (2005), que apontam aspectos relevantes para a construção de um movimento nacional que viabiliza a qualidade da educação implantada na educação brasileira. Outros autores consultados são Amaral (2012), Barreto et al (2001), Camargo et al (2006) e Cury (2007).

Será necessário também analisar as leis regulamentadas pelos governantes das últimas décadas tais como a declaração de Salamanca de 1994, e além de muitas outras legislações que muito influenciaram na educação e contribuíram na criação das diretrizes para uma educação inclusiva (BRASIL, 1996; 2013; 2016; UNESCO, 1994).

Serão utilizados ainda, como fonte de pesquisa, os resultados alcançados com programas criados pelos governos federais dos anos anteriores.

Resultados e discussões

A pesquisa se encontra em andamento, portanto os dados ainda não podem ser divulgados. No entanto, o que se espera é que estes resultados a serem alcançados nesta pesquisa permitam entender e verificar de que forma os alunos que têm necessidades educativas especiais estão se inserindo nas escolas e nos momentos de avaliação em larga escala. Para isso, é preciso analisar o cenário educacional buscando entender se ele corresponde às diversas preconizações das leis em vigência no sistema educacional brasileiro, dentre elas as que normatizam a inclusão escolar. A hipótese inicial é de que não há participação efetiva e nem aproveitamento dos resultados destes alunos para a obtenção do Ideb, nas escolas. No entanto, é preciso desvelar a realidade para compreender como se dá essa participação (ou não) deste público específico.

Considerações Finais

Sobre os benefícios desta pesquisa para o campo educacional, compreende-se que a análise exploratória do Ideb tem registrado dados sobre a educação deste país. Este modelo de pesquisa reflete positivamente no processo de formação docente e ainda colabora para se pensar na educação ofertada nas escolas públicas do Brasil. No entanto, não se pode afirmar que isso, por si só, permite aferir a qualidade da educação brasileira.

Desde a implantação do Ideb no cenário educacional, observa-se avanços nas políticas educacionais e com isso é possível observar melhorias no ensino público ofertado pelas esferas estaduais e municipais, bem como novos problemas surgem e a forma como as avaliações ocorrem pode ser amplamente questionada. Esta pesquisa abrirá caminhos para novas análises exploratórias voltadas para o cenário educacional. Os resultados encontrados poderão contribuir para o debate sobre as possíveis melhorias para a educação pública no Brasil.

Podem se constituir desdobramentos desta pesquisa outras investigações sobre a prática docente para alunos inclusivos, as lacunas do sistema de avaliação em larga escala, as políticas educacionais e sua aplicabilidade no contexto educacional, a necessidade da formação de professores voltada para a inclusão, dentre outras temáticas.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. Os desafios do financiamento da educação obrigatória de 4 a 17

anos. **TV Escola/** salto para o futuro. Os desafios da universalização da educação básica, ano XXI, boletim 16, p. 23-29, nov. 2012.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá *et al.* Avaliação na educação básica nos 90 segundo os periódicos acadêmicos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 1-27, nov. 2001.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico 2017**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/jatai/panorama>>. Acesso em 15.jul 2018.

BRASIL, **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Projeto Lei nº 8014/2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=489702>>. Acesso em: 09 nov. 2015. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL **Lei n. 6.542 de 26 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a adequação de provas aos portadores de deficiência visual <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1036160/lei-6542-13> . Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL, **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2016**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 13 dez. 2017.

CAMARGO, Rubens Barbosa de *et al.* **Problematização da qualidade em pesquisa decusto-aluno-ano em escolas de educação básica**. Relatório de pesquisa: pesquisa nacional qualidade na educação. Brasília: MEC/Inep, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. Análise de conteúdo, análise de narrativa, análise do discurso. In: **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006. p. 113-134.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cythia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 567-584.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar** – documento regional. Brasil: fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Infantil e Fundamental, Departamento de Políticas Educacionais, 2005.

GIL, Antônio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Ivan Claudio. **Fenomenologia na pesquisa científica**, 2017. Disponível em <<http://www.icguedes.pro.br/metodo-fenomenologia/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

NASCIMENTO, Suzete Viana. **Políticas públicas para educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. 2015. Disponível em <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17827_7668.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2018.

OLIVEIRA, João Ferreira de *et al.* O custo-aluno anual em escolas públicas de qualidade no Estado de Goiás. In: FARENZENA, Nalú (Org.). **Custos e condições de qualidade da educação em escolas públicas**: aportes de estudos regionais. Brasília: MEC/Inep, 2005. p.51-70.

SOUZA, Ângelo Ricardo de *et al.* **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Editora da UFPR, 2005. Caderno 4.

UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994. Disponível em: <
<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2018.